

Governo diz ao Supremo que distribuiu 100% das doses para vacinação de idosos acima de 90 anos



A AGU (Advocacia-Geral da União) informou ao STF (Supremo Tribunal Federal) que o governo federal distribuiu doses da vacina contra a Covid-19 para todos os idosos com 90 anos ou mais de idade. Isto não significa que todos eles - 901,7 mil pessoas, segundo o PNI (Programa Nacional de Imunização) - já tenham sido vacinados.

O documento da AGU, assinado pelo advogado-geral da União, José Levi Mello Júnior, omite a quantidade de doses enviadas a populações indígenas que vivem em territórios indígenas, homologados ou não. Estas populações integram os primeiros grupos prioritários definidos pelo PNI.

Dados do Ministério da

Saúde, disponíveis numa plataforma chamada Localiza SUS, apontam que 190,4 mil indígenas foram vacinados. Isto representa 46% dos 413,7 mil indígenas vivendo em territórios demarcados ou não e que deveriam ser vacinados nessa primeira etapa.

Os outros grupos prioritários são idosos com mais de 60 anos em abrigos, para os quais também já houve distribuição de 100% das doses, segundo a AGU; pessoas com deficiências em abrigos, também com envio de 100% dos imunizantes previstos; e trabalhadores da área de saúde, cuja cobertura com imunizantes chega a 73%.

Até agora, conforme os registros do Localiza SUS, foram vacinados 141,8 mil idosos em abrigos. As vacinas distribuídas contem-

plam 156,8 mil pessoas.

No caso dos profissionais de saúde, a AGU informou ao STF que a vacina disponível contempla 4,8 milhões de pessoas, 73% do total previsto de 6,6 milhões. Os dados de vacinação disponíveis no Localiza SUS mostram que 3,2 milhões de profissionais de saúde foram vacinados até agora.

No último dia 8, no âmbito de uma ação movida pelo partido Rede Sustentabilidade, o ministro do STF Ricardo Lewandowski determinou que o governo de Jair Bolsonaro divulgasse a ordem de preferência entre os grupos prioritários para a vacinação, diante da escassez de imunizantes. A resposta da AGU, assinada na quarta-feira (17), se deu no âmbito dessa decisão judicial. Vinicius Sassine/Folhapress

Economia



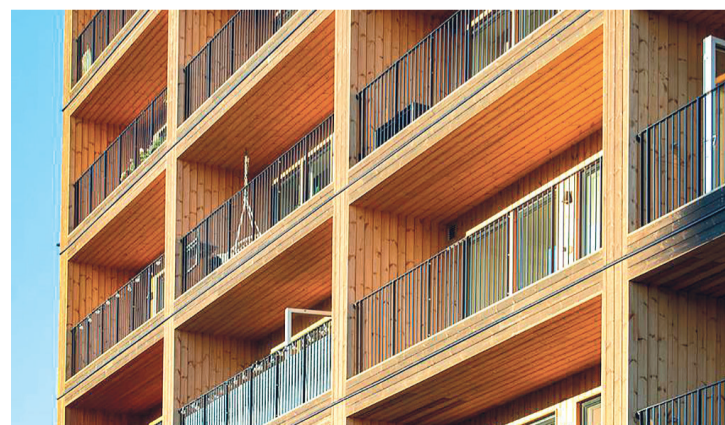
Governo paulista encontra irregularidade em 895 doações feitas por empresários *Página - 03*

Indicador Antecedente da economia brasileira recua 1%, diz FGV *Página - 03*

Política



Juiz mantém prisão de deputado bolsonarista que fez ataques a ministros do Supremo *Página - 04*



Essa startup vai construir prédios de madeira na Vila Madalena, em SP *Página - 05*

No Mundo

Queda drástica no número de casos de covid-19 na Índia espanta especialistas



Quando a pandemia de coronavírus se espalhou pela Índia, houve temores de que afundaria o frágil sistema de saúde do segundo país mais populoso do mundo. As infecções aumentaram dramaticamente durante meses e em um ponto a Índia parecia poder ultrapassar os Estados Unidos como o país com o maior número de casos.

Mas as infecções começaram a despencar em setembro, e agora o país está relatando cerca de 11.000 novos casos por dia, em comparação com um pico de quase 100.000, deixando os especialistas perplexos.

Eles sugeriram muitas explicações possíveis para a queda repentina – observada em quase todas as regiões –

incluindo que algumas áreas do país podem ter alcançado a imunidade de rebanho ou que os indianos possam ter alguma proteção pré-existente contra o vírus.

Não se trata de uma queda no número de testes, que continuou uniforme desde dezembro. O governo indiano atribuiu em parte a queda nos casos ao uso de máscara, que se tornou obrigatório em público na Índia e as violações resultam em pesadas multas em algumas cidades. Mas os especialistas observaram que a situação é mais complicada, já que o declínio é uniforme, embora o uso da máscara esteja diminuindo em algumas áreas.

É mais do que apenas um quebra-cabeça intrigante; determinar o que está por trás da

queda nas infecções pode ajudar as autoridades a controlar o vírus no país, que relatou quase 11 milhões de casos e mais de 155.000 mortes.

“Se não soubermos o motivo, você pode estar inconscientemente fazendo coisas que podem levar a um surto”, disse Shahid Jameel, infectologista que estuda vírus na Universidade Ashoka, na Índia.

A Índia, como outros países, não sabe ao certo quantas mortes teve por causa de covid, e há dúvidas sobre como ela está contando as mortes pelo vírus. Mas a pressão sobre os hospitais do país também diminuiu nas últimas semanas, mais uma indicação de que a disseminação do vírus está diminuindo.

Estado SP

Espanha e Índia aumentam restrições a viajantes do Brasil para conter avanço de variantes

Administra da Saúde da Espanha, Carolina Darias, anunciou nesta quarta-feira (17) que o país irá impor quarentena obrigatória a todas as pessoas que chegam em voos vindos do Brasil e da África do Sul, com o objetivo de evitar a propagação de novas variantes do coronavírus.

A medida entrará em vigor na madrugada de segunda-feira (22) e deve valer, a princípio, por 14 dias. Passageiros de voos brasileiros e sul-africanos que chegarem à Espanha nesse período deverão ficar em isolamento por no mínimo sete dias, a depender dos resultados de testes de detecção da Covid-19.

No final de dezembro, a Espanha também restringiu a entrada de viajantes do Reino Unido. Segundo Darias, fo-

ram confirmados 613 casos da variante britânica, 6 da sul-africana e 2 da brasileira. No total, o país registrou mais de 3,1 milhões de infecções e 66,3 mil mortes por Covid-19.

Na Índia, a preocupação com o avanço das três variantes levou o governo a exigir que passageiros do Brasil, do Reino Unido e da África do Sul apresentem testes com resultado negativo antes de embarcar em voos para a Índia. Além disso, os viajantes deverão, obrigatoriamente, fazer outro teste assim que chegarem ao país.

Autoridades indianas confirmaram 187 casos da variante britânica, 4 da sul-africana e 1 da brasileira. Ao todo, o país tem quase 11 milhões de casos e 156 mil mortes, de acordo com dados da Universidade Johns Hopkins.

Folhapress



ONU denuncia dez anos de crimes de guerra na Síria



A Missão de Investigação das Nações Unidas (ONU) para a Síria apresentou ontem (18) relatório “sobre dez anos de crimes de guerra” no país, praticados por todas as facções, com a ajuda da “negligência internacional”.

O relatório é o 33º documento da missão de investigação e vai ser apresentado formalmente ao Conselho de Direitos Humanos da ONU no dia 11 de março, pouco antes da data que marca os dez anos do conflito sírio.

O documento diz que a guerra obrigou metade da população do país a abandonar o

local de residência e condena a extrema pobreza que atinge seis em cada dez cidadãos do país.

“As crianças, mulheres e homens da Sírias pagaram o preço imposto por um regime autoritário que atuou violentamente para neutralizar a dissidência, enquanto o oportunismo de alguns atores estrangeiros, por meio do financiamento, de armas e outras ‘influências’ avivou um fogo que o mundo se limitou a ver”, afirmou o presidente da missão, o brasileiro Paulo Pinheiro.

O documento, de 31 páginas, mostra que desde março de 2011 a população civil

sofreu abusos que em alguns casos constituem “crimes de guerra, contra a humanidade e outros delitos internacionais, incluindo o genocídio”.

O relatório destaca que o regime de Bashar al Assad tirou partido da suposta luta contra o terrorismo para bombardear indiscriminadamente alvos civis, incluindo hospitais, instalações médicas, escolas e tendas de refugiados. Os ataques contra jornalistas “são um dos objetivos prioritários do regime de Al Assad”.

Segundo as Nações Unidas, os ataques contra civis também foram praticados por outras intervenções no conflito, como o grupo radical Estado Islâmico.

ABR

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque
Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara.

Jornal Data Mercantil Ltda
Administração, Publicidade e Redação: Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000 Tel.: 11 3337-6724
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Governo paulista encontra irregularidade em 895 doações feitas por empresários



Operação realizada pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo encontrou mais de R\$ 40 milhões em sonegação de impostos devidos em doações de cotas de empresas. Os casos se referem a 895 empresários, que beneficiaram cerca de 1.500 herdeiros (uma doação pode ter mais de um beneficiário).

A irregularidade constatada é a declaração desse patrimônio por valores mais baixos que os reais, para reduzir a cobrança do tributo e até obter isenção.

Foram investigadas doações extrajudiciais, em casos em que o doador ainda está vivo e faz a transferência de cotas societárias em uma empresa para herdeiros. Essas

operações são tributadas com o ITCMD (Imposto de Transmissão Causa Mortis e Doação), cuja alíquota é de 4% em São Paulo.

As declarações auditadas tratam apenas de transmissões de bens realizadas no Brasil. Na próxima sexta-feira (19), o STF (Supremo Tribunal Federal) retoma o julgamento sobre a cobrança do ITCMD em doações de bens localizados no exterior, que é alvo de uma controvérsia judicial e também pode render uma arrecadação significativa para São Paulo.

As irregularidades nas doações feitas no Brasil são resultado da Operação Vaisyas, deflagrada em agosto do ano passado. O nome é inspirado na casta indiana de

comerciantes e de administradores de bens.

Segundo a secretaria, já foram arrecadados R\$ 19,8 milhões após notificação para autorregularização pelos próprios contribuintes, que refizeram suas declarações. Outros R\$ 11,6 milhões devidos foram objeto de parcelamentos. Há ainda R\$ 12,2 milhões lançados por meio de auto de infração. Em todos os casos, há incidência de multas e outros encargos.

A expectativa é que o valor total possa chegar a R\$ 50 milhões, pois alguns contribuintes recusaram-se a apresentar a documentação requerida pelo Fisco e estão sendo acionados judicialmente pela Procuradoria Geral do Estado.

Eduardo Cucolo/Folhapress

Sem auxílio e sob restrições da pandemia, economistas apontam risco de recessão no Brasil



Em meio ao recrudescimento da pandemia, a economia brasileira entrou em 2021 dando sinais de perda de fôlego. Sem o auxílio emergencial para trabalhadores informais, extinto a partir de janeiro, uma retração do Produto Interno Bruto (PIB) neste primeiro trimestre já estava no radar. Agora, vem crescendo o número de analistas que esperam queda também no segundo trimestre, configurando o que o mercado chama de “recessão técnica”, quando a economia se contrai por dois trimestres seguidos.

Com um Natal fraco para o comércio e com o setor de serviços terminando o ano

Indicador Antecedente da economia brasileira recua 1%, diz FGV

O Indicador Antecedente Composto da Economia Brasileira (Iace), medido pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) e por The Conference Board (TCB), recuou 1% de dezembro de 2020 para janeiro deste ano, atingindo 122,5 pontos. O indicador usa oito componentes econômicos com o objetivo de antecipar tendências na economia do país.

Segundo a FGV, seis dos oito indicadores tiveram queda, com destaque para os índices de Expectativas da Indústria e dos Consumidores.

Os demais componentes

do Iace são: Índice de Expectativas de Serviços (da FGV), Índice de Produção Física de Bens de Consumo Duráveis (do IBGE), taxa referencial de swaps DI prefixada – 360 dias (do Banco Central), Ibovespa – Fechamento do mês (da B3) e os índices de Termos de troca e de Quantum de exportações, ambos da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex).

Já o Indicador Coincidente Composto da Economia Brasileira (ICCE), que mensura as condições econômicas atuais, cresceu em 0,1% para 101,0 pontos, no mesmo período.

Victor Abdala/ABR



ainda longe do normal, o sinal de dezembro foi de arrefecimento na retomada da economia. Para piorar, os primeiros dados de janeiro, como os índices de confiança do consumidor e dos empresários, o fluxo nas estradas e a venda de veículos, não foram bons.

Um movimento de revisão para baixo nas projeções de crescimento para o primeiro trimestre e para 2021 como um todo já estava em curso desde o ano passado. Agora, os dois trimestres seguidos de retração já estão no cenário das equipes de análise do banco BNP Paribas, da consultoria MB Associados e do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação

Getúlio Vargas (Ibre/FGV).

A MB Associados passou a projetar duas retrações seguidas no PIB, tanto no primeiro (-0,8%) quanto no segundo (-0,3%) trimestres. Para o economista-chefe da consultoria, Sérgio Vale, um dos problemas é que a vacinação contra a covid-19 vai demorar a deslanchar.

Outras equipes – como as dos bancos Citi, Goldman Sachs, Fibra e Santander e a da consultoria Tendências – veem a economia estagnada no primeiro semestre, combinando queda no PIB do primeiro trimestre com baixo crescimento no segundo.

Estado SP

Política

Juiz mantém prisão de deputado bolsonarista que fez ataques a ministros do Supremo



Em audiência de custódia realizada nesta quinta-feira (18), o juiz Airton Vieira, que atua em auxílio ao ministro Alexandre de Moraes (STF), manteve a prisão em flagrante do deputado Daniel Silveira (PSL-RJ).

O parlamentar está preso desde a noite de terça-feira (16), por ordem de Moraes, relator do inquérito das fake news no Supremo Tribunal Federal, após divulgar um vídeo com ataques verbais e ameaças a ministros da corte.

O plenário do STF ratificou a decisão de Moraes por unanimidade nesta quarta-feira (17).

De acordo com a decisão do juiz Airton Vieira, o deputado será transferido da Superintendência da Polícia Federal no Rio de Janeiro para a carceragem de um batalhão da Polícia Militar, por oferecer mais condições para que o parlamentar prossiga sob custódia.

No depoimento ao magistrado, o deputado afirmou que “no meu entendimento, com todo o respeito à magistratura e à decisão do senhor ministro [Alexandre de Moraes], tenho para mim que a situação reputada como flagrante assim não poderia tê-lo sido”.

“Entendo, com todo respeito reiterado que não estamos diante de uma situação de flagrante, cuja lavratura fora, então, irregular.”

E prosseguiu: “Por exemplo, se houvesse algum vídeo disponível de um narcotra-

ficante, tendo sido visto por mim, questiono se eu poderia, tempos depois, autuá-lo em flagrante? Por isso, aproveitando esta audiência de custódia, deixo registrado o meu entendimento sobre a questão.”

A Câmara aguardava o resultado dessa audiência para decidir sobre a posição a ser adotada. Por previsão constitucional, cabe à Casa confirmar ou derrubar a ordem de prisão de um deputado.

O centrão avalia não derrubar a decisão do STF. O vice-presidente da Câmara, Marcelo Ramos (PL-AM), defendeu punição exemplar para o colega, com suspensão ou cassação de mandato.

Marcelo Rocha/Folhapress

Secretários de Fazenda cobram liberação de recursos por Pazuello para lidar com a 2ª onda da Covid-19



Em carta endereçada ao ministro da Saúde, Eduardo Pazuello, secretários estaduais de Fazenda dizem que a redução de custeio de leitos pelo governo federal aflige os estados e pedem a liberação de mais recursos para enfrentar a segunda onda da pandemia da Covid-19.

O documento do Comitê Nacional dos Secretários de Fazenda dos Estados e do DF (Comsefaz) é assinado por representantes dos 26 estados e do Distrito Federal, que solicitam a liberação de mais recursos.

“Durante a primeira onda foi possível mobilizar estruturas existentes para atender a demanda da pandemia. A

Lira e Pacheco mantêm votação de auxílio e de medidas de ajuste

As votações da recriação do auxílio emergencial e de medidas de corte de gastos obrigatórios estão mantidas, disseram ontem (18) os presidentes da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, e do Senado, Rodrigo Pacheco. O compromisso foi acertado após almoço entre os dois e os ministros da Economia, Paulo Guedes, e da Secretaria de Governo, Luiz Ramos.

Assim como na semana passada, o encontro ocorreu na residência oficial do presidente do Senado. Segundo Pacheco, o Senado começará a discutir a PEC Emergencial na próxima semana, decisão que foi tomada durante a reunião de líderes do Senado feita nesta quinta-feira. Ele afirmou que o relator da PEC, senador Márcio Bittar (MDB-AC), incluirá no parecer uma cláusula de cala-

midade, que permitirá que a recriação do auxílio emergencial não viole o teto de gastos nem a meta fiscal para 2021.

“Essa aprovação pelo Senado permitirá, através de uma cláusula de orçamento de guerra, uma cláusula de calamidade, que se possa ter a brecha necessária para implantar o auxílio emergencial no Brasil”, disse Pacheco. “Não se trata de uma condição imposta pelo governo, mas de uma sinalização positiva de que o Congresso e o Senado têm responsabilidade fiscal. Com a cláusula de guerra, vamos poder prorrogar o auxílio emergencial”.

O senador Márcio Bittar também é relator do Orçamento Geral da União, que deve ser votada até março. Essa PEC inicia sua tramitação pelo Senado e, se aprovada, seguirá para a Câmara.

Wellton Máximo/ABR



partir da segunda onda, essa estratégia não é viável, posto que condições preexistentes voltaram a crescer e coexistem com uma quádrupla carga de doenças: Covid-19, causas externas, doenças crônicas degenerativas e outras doenças infectocontagiosas e metabólicas/nutricionais conhecidas”, diz o texto.

Os secretários afirmam que é necessário investimento “na rede de frio, testagem e transporte, assim como mobilização de recursos humanos e materiais para garantir adequada estruturação dos hospitais”.

“Leitos não são uma estrutura que se mobiliza e desmobiliza em semanas. As ampliações envolvem contratos

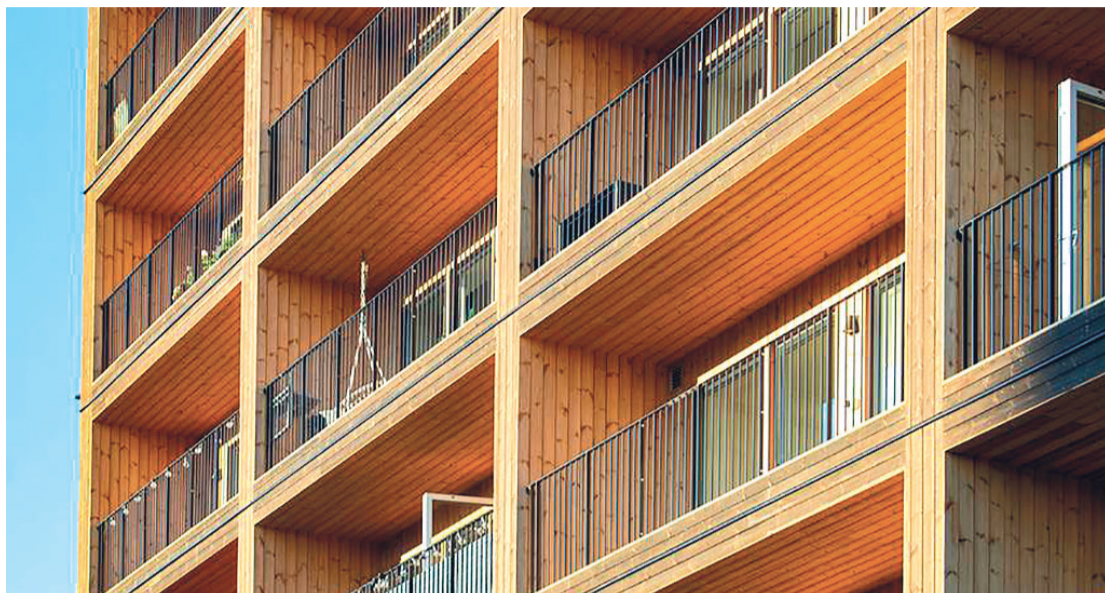
de médio prazo, programação de suprimentos, revisão de perfis de unidades hospitalares. Toda a mobilização não é viável às expensas exclusivas de recursos próprios, mediante a expectativa de faturamento do leito”, continua o documento.

Nesta quarta-feira (17), como mostrou o Painel, a falta de clareza de Pazuello ao ser questionado sobre o problema da falta de leitos de UTI incomodou os governadores durante reunião.

No mesmo encontro com governadores, Pazuello introduziu a possibilidade de adotar um novo modelo de financiamento, pós-pago, mas não deu detalhes.

Fábio Zanini/Folhapress

Essa startup vai construir prédios de madeira na Vila Madalena, em SP



Criada em 2019 e batizada de Noah (Noé, em inglês), a construtech planeja iniciar os primeiros empreendimentos no segundo semestre deste ano. Segundo seu fundador, Nico Theodorakis, o objetivo do uso da madeira nas edificações é reduzir o impacto da construção civil no meio ambiente.

“Esta técnica representa uma mudança no paradigma na indústria. A construção é mais sustentável em todas as etapas da cadeia produtiva”, afirma Theodorakis. Como a madeira captura e armazena carbono, uma construção utilizando a tecnologia pode até ter emissões negativas, gerando créditos. Segundo a ONU, o setor de construção civil é responsável por qua-

se 40% das emissões globais de gases do efeito estufa.

A técnica utiliza um produto madeirado chamado CLT (madeira laminada cruzada, na sigla em inglês). Trata-se de um tipo de “madeira engenheirada”, como no caso do MDF e do MDP, utilizados em larga escala na produção de móveis, porém com uma estrutura bem mais forte. O primeiro prédio da Noah, que deverá ser construído no bairro da Vila Madalena, em São Paulo, terá 11 andares. Mas, segundo a empresa, é possível ultrapassar essa altura.

O uso de madeira oferece outros benefícios além da redução nas emissões. Por serem pré-fabricados, os painéis de CLT reduzem o tempo de obra em até 50%, diz a startup. Por ser mais leve do

que uma estrutura em aço ou concreto, o material reduz em 30% o custo de construir fundações para sustentar o prédio. As construções também são mais silenciosas, para alegria dos vizinhos.

No ano passado, a Noah captou 1,6 milhão de reais em uma rodada de investimentos. Theodorakis também é sócio da Alf Realty, incorporadora especializada em imóveis de alto padrão. “Além da questão de conscientização ambiental, a construção é mais precisa e segura do projeto até a entrega, valorizando o produto final, resultando em maior demanda de ocupação e, conseqüentemente, maior rentabilidade para os envolvidos”, afirma o empreendedor.

Exame

O Bumble, rival do Tinder, dá poder às mulheres e conquista a Nasdaq



Ao mudar as regras da paquera, dando às mulheres a decisão de fazer o primeiro contato, e com um conselho formado por executivas, o Bumble avançou 63% em sua estreia na bolsa. Sua fundadora, Whitney Wolfe Herd, se tornou também a mais jovem empreendedora a liderar um IPO nos EUA.

Inverter completamente as tradicionais regras de encontros amorosos, deixando nas mãos das mulheres a decisão de fazer o primeiro contato, não foi o único grande feito provocado pelo Bumble, um app que vem despontando em meio ao aquecido mercado de aplicativos de encontro.

Sua fundadora, Whitney Wolfe Herd, de 31 anos, se

Na pandemia, esta startup conquistou 6 mil clientes dispostos a melhorar o trabalho nos escritórios

Com empresas reduzindo o tamanho dos escritórios em diversas partes do mundo, e cada vez mais contratando bons profissionais em home office definitivo, fica a pergunta: como organizar o escritório para acomodar todo o pessoal que vai precisar de vez em quando resolver alguma coisa olho a olho com os colegas?

Foi essa demanda, praticamente inexistente antes da pandemia, a responsável por colocar de pé a startup AppWhere, de São Paulo, desenvolvedora de um apli-

cativo para gestão de escritórios. “Entre as funções estão reservas de mesas, salas de reunião, estacionamentos e áreas comuns, como elevadores inteligentes”, diz o sócio Leonardo Massarelli.

Em pouco mais de um ano de operação, o negócio já conquistou 6.000 clientes, alguns deles de grande porte como o laboratório Dasa e a fornecedora de energia Energisa. No fim do ano, a AppWhere recebeu aporte de 750.000 reais do fundo carioca Bee.Cap, de venture capital.

Exame



Exame

tornou a mais jovem mulher a liderar uma empresa em um IPO na bolsa americana. A companhia fez sua estreia nesta quinta-feira, 11 de fevereiro, na Nasdaq e conquistou também os investidores.

As ações fecharam o primeiro dia de negociação a US\$ 70,31, uma valorização de 63,51%. Com uma captação de US\$ 2,2 bilhões, a empresa passou a ser avaliada em US\$ 7 bilhões.

No fim de setembro do ano passado, o app tinha 42 milhões de usuários ativos. Destes, 2,5 milhões pagavam uma mensalidade para ter acesso a conteúdos adicionais, um aumento de 22% em relação ao ano anterior. Nos primeiros nove meses de 2020, a empresa registrou um

faturamento de US\$ 413 milhões e um prejuízo de US\$ 28 milhões.

Confundadora do Tinder, Herd deixou a posição de vice-presidente do popular app de encontros e entrou com um processo contra a empresa e contra ex-colegas por assédio sexual. A disputa acabou em um acordo que deu a ela US\$ 1 milhão e uma quantia de ações do Tinder.

Herd só decidiu retornar ao segmento de apps de encontro por influência do empreendedor russo Andrey Andreev, cofundador do Badoo, outro aplicativo do tipo. Ela fundou o Bumble em 2014, com um investimento inicial de US\$ 10 milhões de Andreev.

Neofeed

Inovações

O homem que enxergou o futuro do agro e agora luta por um Nobel da Paz



Aos 84 anos, o engenheiro agrônomo Alysson Paolinelli não pensa em descansar. Nem mesmo aos domingos. A cada um deles, religiosamente, ele se reúne (virtualmente, direto de sua fazenda em Baldim, Minas Gerais) com um grupo de líderes do agronegócio nacional – entre eles seis ex-ministros da Agricultura, assim como ele – para falar do futuro. E, sobretudo, ajudar a construí-lo.

Não é um bate-papo qualquer e a turma do tal Fórum Futuro também não quer vê-lo sossegado. Sabem que Paolinelli é uma espécie de

Pelé do agro, um homem com uma obra de impacto global e de palavras firmes que ainda podem render frutos para o setor, o Brasil e, sejamos ambiciosos, a humanidade.

Trata-se, no entanto, de um Pelé ainda pouco conhecido e, sobretudo reconhecido. Por isso, os “amigos” domingueiros resolveram prestar-lhe uma homenagem. Iniciaram, no fim de 2020, uma mobilização para que Paolinelli fosse indicado ao Prêmio Nobel da Paz, uma honraria que dispensa apresentação.

Em pouco mais de dez dias, entre o Natal e o Ano Novo, coletaram 119 cartas

de apoio, vindas de mais de 100 diferentes instituições em 24 países. Anexaram todo o material em um dossiê e enviaram, em meados de janeiro passado, ao comitê norueguês do Nobel. Se a ideia deu certo ou não, saberemos em 8 de outubro próximo, data prevista para o anúncio do eleito em 2021.

“Estamos plantando uma semente e esperamos colher autoestima para o agronegócio brasileiro”, afirma Ivan Wedekin, agrônomo, ex-aluno de Paolinelli, ex-secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e coordenador da campanha ao Nobel.

Luiz Fernando Sá/Neofeed

Da porteira para dentro: os novos hubs que estão levando inovação ao campo



Novos ecossistemas de inovação florescem em regiões importantes para o setor agropecuário, mas que têm pouca tradição em empreendedorismo. A principal vantagem é entender as dores reais de quem vive no campo. Conheça os novos centros tecnológicos que surgem no País.

A cidade de Sertãozinho, no interior de São Paulo, é um dos principais polos industriais do Estado e referência no setor sucroalcooleiro. É lá que acontece, anualmente, a Fenasucro & Agrocana, principal feira do setor de bioenergia, que movimentou R\$ 4,1 bilhões em negócios na edição de 2019.

Em breve, no entanto, o município pode se transformar

No WhatsApp, no Zoom ou no YouTube, o espetáculo não pode parar

Quando o celular toca às 9h52, avisando que há novas mensagens no WhatsApp. A voz no áudio, um pouco tímida no início, é familiar. Ela fala sobre uma antiga história de amor que o período em isolamento social trouxe de volta à memória. Durante 12 dias, essa voz relembra alguns momentos, faz perguntas, compartilha fotos e canções.

O dono da voz é Reynaldo Gianecchini. Mas poderia ser Jonathan Azevedo, Mariana Ximenes, Débora Nascimento ou ainda os atores espanhol Jaime Lorente, conhecido pelo seriado La casa de Papel, e o argentino Leonardo Sbaraglia, de Relatos Selvagens. A decisão fica a cargo do ouvinte, ou melhor, do espectador que comprou um ingresso de R\$ 40,00 para “Amor de Quarentena”.

Trata-se de uma das narrativas com base na linguagem teatral que foram desenvol-

vidas em meio à pandemia, usando as limitações impostas pelo fechamento dos teatros como recurso para a exploração de novas formas de contar histórias.

A história, escrita pelo dramaturgo uruguaio Santiago Loza, se passa toda no aplicativo de troca de mensagens. Depois de comprar o ingresso e escolher o ator, o espectador recebe textos, áudios e fotos desse personagem. Não dá para responder diretamente, mas a sensação é que há interação.

O diretor Daniel Gaggini, responsável pela versão nacional, diz que o Brasil é um dos maiores responsáveis pelo sucesso da montagem, que já teve mais de 27 mil espectadores no mundo. Agora, cuida também da adaptação em Portugal. Lá, a peça ainda está em cartaz, até 8 de fevereiro. Gianecchini também está no elenco, junto com atores locais.

André Sollitto/Neofeed



mar também em um polo de inovação para o agronegócio. Esse é o plano do Bioenergy Hub, que acaba de iniciar suas atividades na cidade. O projeto quer acelerar startups com soluções em energias renováveis e fomentar o conhecimento.

“Queremos assumir a referência em bioenergia que já somos e tornar o Brasil um criador de tendências”, diz o fundador do hub, Marcos Eduardo de Oliveira. O empreendedor também é responsável pelo Think Lab, companhia criada em 2019 e que apoia empresas na realização de hackathons e programas de inovação.

A inauguração do Bio-Energy Hub não é um caso isolado de ecossistema se

estabelecendo em regiões de menor tradição em empreendedorismo, mas longa história no agronegócio. Trata-se de uma tendência que vem ganhando força, especialmente nos últimos dois anos, com novos espaços sendo inaugurados mesmo em meio à pandemia em quase todas as regiões do Brasil.

Na Centro-Oeste, responsável pela produção de 46% de todos os cereais, leguminosas e oleaginosas do País, quatro hubs surgiram recentemente. O Conexa, iniciativa de inovação da empresa de software Siagri, e o Campo Lab, estão em Goiânia. Em Rio Verde (MT), há o Orchestra Innovation Center.

André Sollitto/Neofeed

GLP Imigrantes Empreendimentos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 08.707.602/0001-95 – NIRE 35.300.357.892

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de fevereiro de 2021

Data, Hora e Local: Em 18/02/2021, às 10h00, na sede da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.900, conjunto 501, Edifício Pedro Mariz – Birmann 31, Itaim Bibi, São Paulo-SP. **Presença e Convocação:** Dispensada a convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404/1976, face à presença de acionistas representando 100% do capital social. **Mesa:** (i) **Presidente:** Dani Ajbeszyc; e (ii) **Secretário:** Rômulo Ottoni Andrade. **Deliberações:** Os presentes aprovaram, por unanimidade e sem ressalvas, as deliberações abaixo: a. Cancelamento parcial da emissão de ações aprovada pelos acionistas em 20/09/2019, conforme ata de AGE arquivada na JUCESP em 01/10/2020 sob o nº 405.492/20-0, tendo passado o capital social, naquela data, de R\$ 65.339.262,87 para R\$ 101.013.424,87, um aumento, portanto, de R\$ 35.674.162,00. Do referido aumento, não foi integralizado o valor de R\$ 6.225.057,88, correspondente a 6.225.058 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, sendo 3.112.529 ações de titularidade do acionista GLP Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e 3.112.529 ações de titularidade do acionista GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, ora canceladas. Com a deliberação acima, o capital social da Companhia passa de R\$ 101.013.424,87, representado por 36.103.376 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 94.788.366,99, representado por 29.878.318 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, passando o caput do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia a vigorar com a seguinte redação: **Artigo 5º. O capital social da Companhia é de R\$ 94.788.366,99, representado por 29.878.318 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.** b. Autorização para redução de capital social da Companhia, por considerá-lo excessivo em relação a seu objeto social, nos termos do caput do artigo 173 da Lei 6.404/76, no montante de até R\$ 85.000.000,00, passando o capital social da Companhia de R\$ 94.788.366,99, no mínimo, R\$ 9.788.366,99. A proposta de redução aqui contida só se tornará efetiva (a) após o decurso do prazo de 60 dias contado da data da publicação da presente ata, durante o qual eventuais credores quirografários com título constituído até antes da publicação da ata poderão opor-se à proposta de redução de capital ora autorizada, (“Oposição de Credores”); e (b) mediante a realização de Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, por meio da qual será determinado o montante em reais do capital social a ser efetivamente reduzido. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos, lavrando-se a presente ata na forma de sumário, a qual foi lida, achada conforme e assinada por todos os presentes. Assinaturas: **Mesa:** Dani Ajbeszyc – Presidente; Rômulo Ottoni Andrade – Secretário. **Acionistas:** GLP Investimentos Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Ottoni Andrade); GLP Investimentos II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (p. Dani Ajbeszyc; Rômulo Ottoni Andrade).

Endolog Logística e Armazéns Ltda

CNPJ/MF nº 26.390.085/0007-40 – NIRE 35.906.056.640

Edital de Termo de Responsabilidade nº 23/2021

A Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP torna público que o fiel depositário dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária 04608-010, dos gêneros e mercadorias recebidos pela filial da sociedade empresária “Endolog Logística e Armazéns Ltda”, NIRE 35.906.056.640, CNPJ 26.390.085/0007-40, localizada na Rua Marginal Emicoll, S/N – Condomínio Rua 04, nº 90, Lote 15, 16 e ML 17 – Bairro Jardim Emicoll, Itu/SP, CEP 13312-820, Sr. **Giuliano Sant’Anna**, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade RG nº 1056108465 SSP/RS, inscrito no CPF/MF sob nº 634.144.490-72, residente na Rua Volta Redonda, nº 388, Apartamento 1 B, Campo Belo, São Paulo/SP, CEP 04608-010, assinou em 12/02/2021 o Termo de Responsabilidade nº 23/2021, com fulcro nos artigos 1º, § 2º, do Decreto Federal nº 1.102/1903 e parágrafo único, do artigo 3º, da IN nº 72/2019, do Departamento de Registro Empresarial e Integração, devendo ser publicado e arquivado na JUCESP o presente edital, nos termos do artigo 8º da supracitada Instrução Normativa. **Walter Iihoshi** – Presidente da JUCESP.

Companhia Brasileira de Cartuchos – CNPJ/MF nº 57.494.031/0001-63 – NIRE 35.300.025.083**Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária**

São convocados os acionistas da Companhia Brasileira de Cartuchos, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 9 horas do dia 26 de fevereiro de 2021, na Avenida Humberto de Campos, 3220, Bairro Guapituba, CEP 09426-900, na Cidade de Ribeirão Pires, Estado de São Paulo, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Reeleição da Diretoria Executiva, para o mandato de 2 anos, para fins de representação da companhia, contados a partir de 30/03/2021. Ribeirão Pires, 17 de fevereiro de 2021. **Fabio Luiz Munhoz Mazzaro** – Diretor Presidente; **Richard Gonçalves Silva** – Diretor Administrativo e Financeiro. (18, 19 e 20/02/2021).

www.datamercantil.com.br**Sintel Tecnologia e Informação S/A**

CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 – NIRE 35.300.459.750

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 03 de novembro de 2020

Data, Hora e Local: 03/11/2020, às 11 horas, na Rua Amazonas nº 521, Sala 87, São Caetano do Sul-SP. **Convocação e Presença:** Dispensada, face a presença da totalidade do capital social. **Mesa:** Carlos Wagner dos Santos – Presidente; José Antônio Costardi dos Santos – Secretário. **Declarações:** Todos os acionistas declararam que previamente estavam cientes do local, data, hora e ordem do dia. **Ordem do Dia:** a) Alteração dos dados pessoais dos acionistas; b) Alteração de endereço da sede social; c) Alteração do objetivo social da empresa; d) Aumento de Capital; e) Aprovação do Estatuto. **Deliberações:** Os Acionistas, por unanimidade de votos e sem reservas resolveram: (a) Alterar os dados pessoais dos acionistas: **Carlos Wagner dos Santos**, RG 6.182.839-7 SSP/SP e CPF/MF nº 934.405.298-00; e **José Antônio Costardi dos Santos**, RG 5.921.900-2 SSP/SP e CPF/MF nº 934.403.758-20; (b) Alterar o endereço da matriz para a Rua Manoel Coelho nº 676, Salas 905/906/907/908, São Caetano do Sul-SP; (c) Alterar o objetivo social da empresa mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades, para: A prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e implementação de sistemas de processamento de dados, com armazenamento em nuvem (Software as Service – SaaS); serviços de licenciamento, comercialização e instalação de software próprio ou de terceiros nas dependências do cliente (on-premises); cursos e treinamento para profissionais da área de informática e de negócios; customização e suporte de softwares próprios e de terceiros; execução de projetos na área de tecnologia da informação e Supply Chain (outsourcing de operações); licenciamento e venda de franquias, possibilitando o uso de ativos não financeiros da empresa por terceiros; (d) Aumentar o capital social de R\$ 6.100.000,00, para R\$ 10.000.000,00 com a integralização neste ato em moeda corrente nacional, o valor de R\$ 3.900.000,00 e a consequente emissão de 3.900.000 ações, sendo 3.200.000 ações ordinárias, e 700.000 ações preferenciais, conforme Anexo I que integra esta ata; (e) Aprovação do Estatuto Social, que integra esta ata como Anexo II, juntamente com as leis das S.A., que passa a reger a Companhia a partir desta data. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia, sendo lavrada a presente Ata. São Caetano do Sul, 03/11/2020. Assinaturas: **Mesa:** Carlos Wagner dos Santos – Presidente; José Antônio Costardi dos Santos – Secretário. **Estatuto Social. Capítulo I – Da Denominação, Sede, Objeto e Duração. Artigo 1º:** A Companhia **Sintel Tecnologia e Informação S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado que se rege pelo presente Estatuto, nos termos da Lei nº 6.404/76 e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. § 1º: A Companhia **Sintel Tecnologia e Informação S.A.**, CNPJ/MF nº 58.048.000/0001-41 e NIRE 35.300.459.750. § 2º: A Companhia tem por nome fantasia: **Sintel S.A. Artigo 2º:** A Companhia tem sua sede na Rua Manoel Coelho nº 676, Salas 905/906/907/908, São Caetano do Sul-SP, podendo sua administração estabelecer agências, filiais, sucursais e representações. § 1º: A Companhia tem uma filial na Rua do Paraíso nº 595, 10º Andar, São Paulo-SP, com finalidade de escritório administrativo. **Artigo 3º:** A Companhia tem por objeto, mediante atuação própria ou mediante consórcios, convênios, parcerias ou participação de capital em outras sociedades: A prestação de serviços de consultoria, desenvolvimento e implementação de sistemas de processamento de dados, com armazenamento em nuvem (Software as Service – SaaS); serviços de licenciamento, comercialização e instalação de software próprio ou de terceiros nas dependências do cliente (on-premises); cursos e treinamento para profissionais da área de informática e de negócios; customização e suporte de softwares próprios e de terceiros; execução de projetos na área de tecnologia da informação e Supply Chain (outsourcing de operações); licenciamento e venda de franquias, possibilitando o uso de ativos não financeiros da empresa por terceiros. **Artigo 4º:** O prazo de duração da Companhia é por tempo indeterminado. **Capítulo II – Do Capital Social e das Ações. Artigo 5º:** O capital da Companhia é de R\$ 10.000.000,00, totalmente subscrito e integralizado, em moeda corrente nacional, dividido em 8.200.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00 cada uma, e 1.800.000 ações preferenciais nominativas, escrituradas, sem valor nominal e com valor de emissão de R\$ 1,00. § 1º: O capital social é destinado aos estabelecimentos da Companhia na seguinte proporção: (a) para a Matriz localizada na Rua Manoel Coelho nº 676, Salas 905/906/907/908, São Caetano do Sul-SP, o valor de R\$ 10.000.000,00, sendo 8.200.000 ações ordinárias e 1.800.000 ações preferenciais; e (b) para a Filial localizada na Rua do Paraíso nº 595, São Paulo-SP, o valor de R\$ 1.000.000,00, sendo 1.000.000 de ações ordinárias. § 2º: Os acionistas têm preferência para a subscrição de novas ações, na proporção das ações já possuídas anteriormente, nos termos da Lei das S.A.. § 3º: As ações preferenciais não terão direito a voto e terão prioridade no reembolso do capital. A assembleia geral poderá estabelecer outros direitos preferenciais nos termos da legislação vigente. § 4º: A Companhia poderá emitir novas ações preferenciais conforme deliberação da assembleia geral, que estabelecerá os direitos preferenciais nos termos da legislação vigente. § 5º: A ação é indivisível perante a Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponderá um voto nas deliberações das assembleias gerais. § 6º: A Companhia poderá, por deliberação da assembleia geral e de acordo com os interesses sociais, outorgar Programa de Opção de Compra de Ações Preferenciais em favor de seus administradores e empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à sociedade sob seu controle. § 7º: A Companhia e os acionistas respeitarão os termos e

condições de todo e qualquer Acordo de Acionistas que venha a ser arquivado na sede da Companhia, nos termos do artigo 118 da Lei das S.A.. **Capítulo III – Da Assembleia Geral. Artigo 6º:** A assembleia reunir-se-á, ordinariamente, até o dia 30 de abril de cada ano, em dia, hora e local previamente anunciadas pela imprensa, nos termos legais, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, com observância dos preceitos legais. § 1º: Independentemente das formalidades de convocação previstas, será considerada regular a assembleia geral a que comparecerem todos os acionistas. § 2º: As assembleias gerais serão presididas por um Diretor escolhido na ocasião pela maioria dos acionistas presentes. Ao presidente da assembleia cabe a escolha do Secretário. **Artigo 7º:** As deliberações da assembleia geral, ressalvadas as exceções previstas em lei, serão tomadas pela maioria absoluta de votos. **Capítulo IV – Da Administração. Artigo 8º:** A Companhia será administrada por uma Diretoria constituída por no mínimo 2 diretores, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pela Assembleia Geral. Os diretores não terão denominação específica, salvo se diversamente determinado em Assembleia Geral. § 1º: Os Diretores terão prazo de mandato de 3 anos, considerando-se o ano o período compreendido entre duas Assembleias Gerais Ordinárias. Os Diretores deverão permanecer em exercício até a investidura de seus sucessores, podendo ser reeleitos. § 2º: A remuneração dos Diretores será estabelecida pela assembleia geral. **Artigo 9º:** Ocorrendo vacância, por qualquer motivo, de cargo de Diretor, o Diretor remanescente deverá convocar assim que possível uma assembleia geral, cuja ordem do dia será deliberar acerca da eleição do substituto. **Artigo 10º:** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, este, sujeito o ato à aprovação da Diretoria, poderá indicar um substituto para servir durante sua ausência ou impedimento. O substituto do Diretor exercerá todas as funções e terá os poderes, direitos e deveres do diretor substituído. **Artigo 11º:** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, mas pelo menos uma vez por ano. As reuniões serão presididas pelo Diretor que na ocasião for escolhido, sendo instaladas com a presença da maioria dos Diretores em exercício, e deliberarão sobre a maioria dos votos dos Diretores presentes. **Artigo 12º:** Compete a qualquer membro da Diretoria, conjunta ou isoladamente, a administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja definida regra diversa pela Assembleia Geral ou que seja, por lei ou pelo presente Estatuto, atribuída a competência à assembleia geral. Seus poderes incluem, mas não estão limitados a, entre outros, os seguintes: (i) Zelar pela observância da lei e deste Estatuto; (ii) Zelar pelo cumprimento das deliberações tomadas nas assembleias gerais e nas suas próprias reuniões; (iii) Administrar, gerir e superintender os negócios sociais; (iv) Emitir e aprovar instruções e regulamentos internos que julgar úteis ou necessários; e (v) Distribuir, entre seus membros, as funções da administração da companhia. **Artigo 13º:** A representação da companhia, em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer repartições públicas ou autoridades federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, sociedades de economia mista e entidades paraestatais compete a qualquer Diretor ou procurador, isoladamente. § 1º: As procurações serão sempre outorgadas em nome da companhia por 2 Diretores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão um período de validade limitado ao máximo de 1 ano. § 2º: A aquisição, venda, permuta, transferência ou alienação por qualquer forma, ou a criação de hipoteca, penhor ou ônus de qualquer espécie, sobre bens móveis ou imóveis pela Companhia dependem da aprovação da Diretoria em reunião. **Artigo 14º:** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes com relação à Companhia, os atos de qualquer Diretor, procurador ou funcionário, que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social, tais como fianças, avais, endossos ou quaisquer garantias em favor de terceiros, salvo quando expressamente autorizados pela assembleia geral. **Capítulo V – Do Conselho Fiscal. Artigo 15º:** O Conselho Fiscal da Companhia, que será integrado por 3 membros efetivos e igual número de suplentes, funcionará em caráter não permanente e será composto, instalado e remunerado em conformidade com a legislação em vigor. **Capítulo VI – Do Exercício Social. Artigo 16º:** O exercício social começa a 01 de janeiro e termina a 31 de dezembro de cada ano. **Artigo 17º:** Ao fim de cada exercício, serão elaboradas as demonstrações financeiras, observadas as disposições legais vigentes. **Artigo 18º:** O lucro líquido apurado em cada exercício, após as deduções legais, terá a destinação que for determinada pela assembleia geral. § Único: Os acionistas terão direito a um dividendo mínimo, equivalente a parcela de 25% do lucro líquido de cada exercício. **Artigo 19º:** Poderão ser levantados balanços gerais, sempre que a administração os julgar oportunos, ficando ela autorizada a distribuir dividendos antecipados, que serão levados a conta dos lucros líquidos apurados nos aludidos balanços das reservas de lucros existentes no último balanço geral anual. § Único: Os balanços gerais a que alude o presente artigo serão transcritos no livro “Diário”. **Capítulo VII – Da Dissolução, Liquidação e Extinção. Artigo 20º:** A dissolução e a liquidação com consequente extinção da Companhia, serão efetuadas de acordo com a legislação em vigor. **Artigo 21º:** Compete à assembleia geral estabelecer a forma de liquidação e nomear o liquidante e o Conselho Fiscal que deverão funcionar no período de liquidação. **Artigo 22º:** Liquidado o passivo, o ativo remanescente será distribuído aos acionistas na forma determinada em lei. **Artigo 23º:** Este estatuto entra em vigor na data de sua aprovação pela Assembleia Geral, independentemente do seu registro na JUCESP. **Artigo 24º:** Os casos omissos serão resolvidos pelos acionistas, de acordo com a Lei e os princípios doutrinários, submetidos a homologação da Assembleia Geral. JUCESP – Registrado sob o nº 543.913/20-0 em 21/12/2020. Gisela Simeia Ceschin – Secretária Geral.

UE lança nova política comercial e fala em cobrar compromisso ambiental do Mercosul



O documento que apresenta a nova política comercial da União Europeia, apresentado nesta quinta (18), faz menção explícita ao acordo entre o bloco e o Mercosul, travado desde 2019 por causa da alta do desmatamento na Amazônia.

“No caso do Mercosul, está em curso um diálogo para o aprofundamento da cooperação na dimensão de desenvolvimento sustentável do acordo, abordando a implementação do Acordo de Paris e desmatamento em particular”, diz o texto divulgado.

As negociações entre os blocos, iniciadas em 1999, chegaram a um acordo 20 anos depois, mas, desde então, o texto está em revisão jurídica. Governos e Paramentos de países como França, Áustria e Holanda dizem que não vão aprová-lo porque incentivar a exportação do agronegócio brasileiro implica aumentar o

desmatamento da Amazônia.

Ao apresentar a nova política, o comissário responsável por Comércio na UE, Valdis Dombrovskis, disse que a Comissão Europeia continua engajada na ratificação do acordo e que tem se reunido com governos dos quatro países do Mercosul -Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai-, à procura de garantias com a sustentabilidade que aplaquem as preocupações dos membros da UE.

Para ser implementado, o acordo precisa passar por unanimidade no Conselho Europeu (que reúne os líderes dos 27 membros) e ser aprovado pelo Parlamento Europeu -onde também há forte oposição à associação.

“O Parlamento não tem nenhuma intenção de passar um cheque em branco ao Brasil sobre a Amazônia”, disse em entrevista o presidente da Comissão de Ambiente, Pascal Canfin.

Folhapress

O bitcoin, investimento sólido ou delírio especulativo?

De gigantes financeiros à Tesla, o bitcoin, que ultrapassou os US\$ 50.000 na segunda-feira, interessa cada vez mais investidores fascinados por seu espetacular crescimento, apesar das preocupações de muitos reguladores.

Em Wall Street, onde os seguidores das criptomoedas eram minoria em 2017, quando ocorreu sua última alta nos preços, seus partidários agora se multiplicam: BlackRock, o maior gestor de ativos do mundo, e o banco BNY Mellon anunciaram que investirão no setor.

A evolução do bitcoin é gigantesca: chegando a mais de US\$ 51.000 nesta quinta-feira, a primeira criptomoeda vale hoje cinco vezes mais do que há um ano, e o conjunto de bitcoins criado desde seu lançamento em 2008 equivale a cerca de um trilhão de dólares.

Para profissionais do setor, como o chefe da plataforma europeia de vendas de criptomoedas Bitpanda, Eric Demuth, o que acontece é nítido: o bitcoin está se tornando o “novo ouro digital”, procurado por investidores que querem diversificar seus ativos e se proteger da inflação.

“Pronto, encontraremos bitcoins nas reservas dos bancos centrais”, ressalta.

“É um ativo muito volátil, muito arriscado, mas ao mesmo tempo, há 10 anos dissemos que o bitcoin iria afundar e ainda está aqui”, explica o pesquisador Matthieu Bouvard, da Toulouse School of Economics.

Segundo ele, “a história do bitcoin é se direcionar cada vez mais a mercados mais organizados”, o que diminuirá sua volatilidade, ainda que seja dez vezes superior do que nas bolsas.

IstoÉDinheiro

Negócios

JBS quer ter 10 marcas bilionárias em 5 anos



Uma mamãe tik-toker provocou alvoroço na rede varejista americana Cotsco, para a alegria da JBS. Num vídeo que teve 2 milhões de visualizações em janeiro, comparou o frango empinado da Just Bare, marca da gigante brasileira no mercado americano, aos apetitosos nuggets da Chick-fil-A's, uma das principais redes de fast food dos Estados Unidos, levando a uma corrida aos supermercados.

Para quem achava que a JBS perdera a chance única de montar um negócio de marcas há seis anos e meio, quando deixou escapar a icônica linguça Jimmy Dean – a concorrente Tyson levou a

melhor na disputa pela Hillshire Brands, em uma aquisição de US\$ 8,5 bilhões –, o hit do Tik Tok é um recado do que as redes sociais são capazes de fazer. A JBS está no tabuleiro das marcas.

Desde 2012, quando o ex-Sadia chegou à JBS para comandar o ainda incipiente negócio de marca e alimentos processados no Brasil – o embrião do que viria a ser a Seara –, o perfil da companhia mudou bastante. Se no começo da década passada os irmãos Joesley e Wesley Batista lideravam uma gigante da indústria frigorífica, uma commodity pura e simples, as marcas vêm ganhando outra dimensão.

De lá para cá, a Seara tri-

plicou de tamanho e está em um acelerado processo de expansão com o qual a JBS pretende dobrar o faturamento da subsidiária brasileira, atingindo cerca de R\$ 40 bilhões até 2025. A busca por marca e valor agregado – melhores margens no fim do dia – não ocorre apenas no Brasil. Na Austrália, a empresa comprou a Primo, de presunto e bacon; no Reino Unido, Moy Park e Tulip.

É verdade que a operação de carne bovina é o coração da JBS – especialmente nos EUA, onde se tornou uma geradora de caixa contumaz –, mas os passos rumo ao mundo das marcas não deixam dúvidas sobre as ambições.

Valor Econômico/Biznews

Saúde iD: o novo produto do Fleury para quem não tem plano de saúde



O Grupo Fleury está de olho nas oportunidades do mercado de brasileiros sem plano de saúde. Apostando suas fichas em soluções digitais, a companhia, conhecida pela medicina diagnóstica, acaba de lançar um serviço para pessoas físicas que dá direito a consultas online, exames e descontos em medicamentos.

Chamada de Saúde iD, essa nova plataforma foi lançada em setembro de 2020 como um serviço adicional para funcionários de empresas clientes do Fleury. Hoje, cerca de 7 milhões de empregados utilizam a solução, que recebeu um investimento de 50 milhões de reais do grupo no ano passado.

Grandes bancos brasileiros têm maior queda nos lucros em 21 anos

Os quatro maiores bancos brasileiros de capital aberto tiveram a maior queda nos lucros dos últimos 21 anos. No ano passado, o lucro dessas instituições financeiras registrou queda de 24,4%, a maior já vista desde 2000, de acordo com levantamento feito pela consultoria Economatica. Já com valores ajustados pela inflação medida pelo IPCA o recuo foi ainda maior, de 26,7%.

Os ganhos somados do Bradesco, Banco do Brasil, Itaú Unibanco e Santander chegaram a R\$ 61,6 bilhões no ano passado. Em 2019, essas instituições financeiras haviam batido recorde de lucros, com ganhos de R\$ 81,51 bilhões, de acordo com a consultoria.

A maior queda nos lucros de um ano para o outro foi a registrada pelo Banco do Brasil, que viu seus ganhos encolherem 30,1%. O Santander foi o que teve o menor tombo nos lucros, de 5%.

De 1996 a 2020, esses bancos tiveram queda em seus lucros em sete anos diferentes. A maior queda foi em 1995, depois que o Banco do Brasil revisitou seu balanço e reconheceu perdas dos anos de 1994 e 1995. Assim, a queda no lucro em 1995 foi de R\$ 3,3 bilhões. A segunda maior queda foi no ano seguinte, 1996, com prejuízo de R\$ 4,8 bilhões. Os bancos também sofreram com a última grande crise econômica: em 2016, a queda nos lucros foi de 18,8%.

Biznews



Agora, o Fleury decidiu que era hora de abrir o serviço para pessoas físicas que não possuem plano de saúde. Inicialmente, o projeto tem como meta atender a 5.000 pessoas na cidade de São Paulo, mas, a depender dos resultados, pode ser expandido para outras regiões do país ainda este ano.

Há dois modelos de assinatura, o light e o plus. No primeiro, a mensalidade custa 29,90 reais e dá direito a uma teleconsulta com retorno por mês e a 14 exames mensais feitos nas clínicas a+ Medicina Diagnóstica, que são do grupo. No modelo plus, a assinatura é de 59,90 reais. Basicamente, ela oferece tudo que a opção mais econômica trás, com o diferencial de que

o cliente poder realizar também consultas presenciais, se desejar.

Na plataforma, as consultas são feitas por médicos de família e clínicos gerais, que ajudam o paciente a resolver o problema e ainda fazem o controle de doenças crônicas (como hipertensão e diabetes). Todo o histórico de consultas, exames, vacinas e medicamentos utilizados pelos clientes ficam salvos no Saúde iD. Essa ferramenta de histórico médico digital também pode ser acessada gratuitamente por não assinantes.

Hoje, 640 pessoas trabalham na empresa desenvolvendo principalmente três frentes de negócio: corporativa, para médicos e para o consumidor final.

Exame